**PORTARIA Nº 0652/2021-CGP/SEAP
BELÉM, 04 DE JUNHO DE 2021.**

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão (STF, Mandados de Segurança nº 7.015, 21.494 e 22.656; e STJ, Mandados de Segurança nº 7.066, 7.435 e 8.877; e Recursos em Mandado de Segurança nº 6.757 e 10.464), necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo; CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter, a Comissão, envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito; CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade; RESOLVE: Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão composta por RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Assessor - Presidente; SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica - membro; e BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Assistente Administrativo - membro; para dar continuidade à apuração dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 5504/2020-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 120 dias para a conclusão. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. VITOR RAMOS EDUARDO Corregedor-Geral Penitenciário, em exercício.

Protocolo: 667607

**PORTARIA Nº 0648/2021-CGP/SEAP
BELÉM, 01 DE JUNHO DE 2021.**

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão (STF, Mandados de Segurança nº 7.015, 21.494 e 22.656; e STJ, Mandados de Segurança nº 7.066, 7.435 e 8.877; e Recursos em Mandado de Segurança nº 6.757 e 10.464), necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo; CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter, a Comissão, envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito; CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade; RESOLVE: Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão composta por BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Corregedor do Interior - Presidente; SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado - membro; e ELTON DA COSTA FERREIRA, Procurador Autárquico e Fundacional do Estado - membro; para dar continuidade à apuração dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 5494/2020-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 120 dias para a conclusão. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. VITOR RAMOS EDUARDO Corregedor-Geral Penitenciário, em exercício.

Protocolo: 667598

**PORTARIA Nº 0653/2021-CGP/SEAP
BELÉM, 04 DE JUNHO DE 2021.**

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão (STF, Mandados de Segurança nº 7.015, 21.494 e 22.656; e STJ, Mandados de Segurança nº 7.066, 7.435 e 8.877; e Recursos em Mandado de Segurança nº 6.757 e 10.464), necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo; CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter, a Comissão, envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito; CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade; RESOLVE: Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão composta por SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado - Presidente; ANDRE RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico e Fundacional - membro; e BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Assistente Administrativo - membro; para dar continuidade à apuração dos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 5479/2020-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias para a conclusão. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. VITOR RAMOS EDUARDO Corregedor-Geral Penitenciário, em exercício.

Protocolo: 667601

**PORTARIA Nº 0651/2021-CGP/SEAP
BELÉM, 02 DE JUNHO DE 2021.**

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão (STF, Mandados de Segurança nº 7.015, 21.494 e 22.656; e STJ, Mandados de Segurança nº 7.066, 7.435 e 8.877; e Recursos em Mandado de Segurança nº 6.757 e 10.464), necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo; CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter, a Comissão, envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito; CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade; RESOLVE: Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão composta por BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Corregedor do Interior - Presidente; SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado - membro; e RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Assistente Administrativo - membro, para dar continuidade à apuração dos autos do

Processo Administrativo Disciplinar nº 5636/2020-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias para a conclusão. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. VITOR RAMOS EDUARDO Corregedor-Geral Penitenciário, em exercício.

Protocolo: 667602

**PORTARIA Nº 0647/2021-CGP/SEAP
BELÉM, 14 DE JUNHO DE 2021.**

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU; CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5785/2021-CGP/SEAP, objetivando apurar denúncia encaminhada a esta Corretiva, via e-mail, datado do dia 16 de fevereiro de 2021, com anexo o Boletim de Ocorrência Policial n.º 00277/2021.038753-1 de 16 de fevereiro de 2021; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, pugnou pelo ARQUIVAMENTO do feito, com fulcro no Art. 201, I, da Lei nº 5.810/1994-RJU, dada a ausência de responsabilização funcional por parte dos servidores da SEAP mediante o ocorrido. Razão que, aliás, assiste à referida Autoridade. RESOLVE: Art. 1º - Acatar o Relatório Conclusivo e determinar o ARQUIVAMENTO do presente feito, com fulcro, por analogia, no art. 201, I, do RJU; Art. 2º - Oficia-se à Corregedoria da Polícia Militar acerca dos fatos narrados no Boletim de Ocorrência Policial n.º 00277/2021.038753-1, apenso à fl. 5 do processo, juntamente com cópia do presente feito, para conhecimento e providências, se necessário. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. VITOR RAMOS EDUARDO Corregedor-Geral Penitenciário, em exercício.

Protocolo: 667587

**PORTARIA Nº 0646/2021-CGP/SEAP
BELÉM, 14 DE JUNHO DE 2021.**

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU; CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5621/2020-CGP/SEAP, objetivando apurar os fatos narrados no Memo. n.º 1584/2020-PEM-1/SEAP, de 30 de julho de 2020; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, recomendou a INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em face do servidor OLIVAL DE FARIAS COSTA NETO, objetivando apurar a responsabilidade administrativa e/ou funcional referente à suposta conduta irregular do servidor, haja vista haver supostos indícios de inobservância aos deveres funcionais por parte deste. Sendo essa conduta considerada como falta grave, recaindo, em tese, nos Art. 177, inciso VI, Art. 178, inciso XIII e Art. 190, inciso VI, c/c Art. 189, todos do RJU. Razão que, aliás, assiste à referida Autoridade. RESOLVE: Art. 1º - ACATAR o Relatório Conclusivo e DETERMINAR a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor OLIVAL DE FARIAS COSTA NETO (Funcional: 5950130), objetivando apurar a responsabilidade administrativa e/ou funcional referente ao suposto abandono de posto e funções, mediante os indícios de materialidade e autoria, recaindo, em tese, nos Art. 177, incisos VI, Art. 178, incisos XIII e Art. 190, inciso VI, c/c Art. 189 da Lei nº 5.810/1994-RJU; Art. 2º - Encaminhar cópia do Relatório Conclusivo e da Decisão à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro nos assentamentos funcionais do servidor. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. VITOR RAMOS EDUARDO Corregedor-Geral Penitenciário, em exercício.

Protocolo: 667588

**PORTARIA Nº 0643/2021-CGP/SEAP
BELÉM, 14 DE JUNHO DE 2021.**

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU; CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 5772/2021-CGP/SEAP, objetivando apurar a responsabilidade administrativa e funcional do servidor RODOLFO ANSELMO DE OLIVEIRA, acerca de suposta utilização indevida, em 25 de janeiro de 2020, da VTR 115, de placa QEX 5234, pertencente ao Centro de Triagem Masculina de Abaetetuba; conforme decisão da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5401/2020-CGP/SEAP. O servidor infringiu, em tese o art. 177, IV e VI c/c art. 189, do RJU; CONSIDERANDO que a Comissão Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, pugnou pela ABSOLVIÇÃO do servidor RODOLFO ANSELMO DE OLIVEIRA, diante da ausência indícios de responsabilidade subjetiva em face do servidor em tela e, por conseguinte o ARQUIVAMENTO da presente Sindicância Administrativa Disciplinar; RESOLVE: Art. 1º - Acatar o Relatório Conclusivo e determinar a ABSOLVIÇÃO do servidor RODOLFO ANSELMO DE OLIVEIRA, com esteio no art. 221, §1º, do RJU; Art. 2º - Encaminhar cópia do Relatório Conclusivo e da Decisão à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro nos assentamentos funcionais e à Comissão de Acompanhamento de Estágio Probatório para conhecimento; DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. VITOR RAMOS EDUARDO Corregedor-Geral Penitenciário, em exercício.

Protocolo: 667581

**PORTARIA Nº 0644/2021-CGP/SEAP
BELÉM, 14 DE JUNHO DE 2021.**

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU; CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 5746/2021-CGP/SEAP, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional do servidor LUZIMAR PEREIRA DE CARVALHO, agente prisional lotado na Central de Triagem Masculina de Marabá, acerca da suposta utilização de armas de fogo no ambiente de trabalho; e conforme decisão da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5647/2020-CGP/SEAP. O servidor infringiu, em tese, o Art. 177, IV e VI c/c Art. 189, do RJU; CONSIDERANDO que a Comissão Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, pugnou pela ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA do servidor LUZIMAR PEREIRA DE CARVALHO, por não restar comprovado nexo causal entre a conduta e o dano perpetrado, logo, não havendo dolo ou culpa na conduta do acusado em tela e, por conseguinte o ARQUIVAMENTO da presente Sindicância Administrativa Disciplinar. No entanto, ao compulsar os autos, verifica-se a presença de indícios robustos da prática de infração disciplinar, razão